

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.090 - RS (2019/0206403-0)

AGRAVANTE : CCD TRANSPORTE COLETIVO S.A
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO - PR020812
ELTON BAIocco - PR053402
ICARO JOSÉ PROENÇA - PR066160
FREDERICO FALARZ HOWES - PR073884
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : EMPRESA CRISTO REI LIMITADA - ME
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO - PR020812
ICARO JOSÉ PROENÇA E OUTRO(S) - PR066160

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CCD TRANSPORTE COLETIVO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, c, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. LEGITIMIDADE. SUCESSÃO DE EMPRESAS. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE.

1. A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória, nos termos do enunciado sumular nº 393 do STJ.

2. Entendendo-se que discussão sobre a ocorrência ou não de sucessão entre a devedora originária e a empresa ora agravante demanda dilação probatória - expediente inviável em sede de exceção de pré-executividade.

3. Agravo de instrumento improvido.

Foram rejeitados os embargos de declaração interpostos pelo contribuinte.

No recurso especial, o recorrente aponta dissídio jurisprudencial em relação à interpretação dos arts. 202 e 203 do CTN e 2º. § 5º e § 6º da Lei n. 6.830/1980.

Sustenta, em síntese, que é indevida a rejeição da exceção de pré-executividade apresentada pelo contribuinte, tendo em vista que a matéria ora defendida no presente incidente processual prescinde de dilação probatória para o regular deslinde da controvérsia.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Superior Tribunal de Justiça

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

É irrefutável que o Tribunal de origem, ao analisar o conteúdo fático e probatório dos autos relacionado à possibilidade de impugnação por meio da exceção de pré-executividade, consignou que a "discussão sobre a ocorrência ou não de sucessão entre a devedora originária e a empresa ora agravante demanda dilação probatória - expediente inviável em sede de exceção de pré-executividade."

Dessa forma, verifica-se que a irresignação do recorrente vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que tiveram como lastro o conjunto probatório constante dos autos. Nesse diapasão, para rever tal posição seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator